RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 02/12/2025 | aceito: 06/12/2025 | publicação: 09/12/2025

Psicopedagogia institucional e dificuldades de aprendizagem: diagnóstico do contexto, intervenção e cultura escolar

Institutional psychopedagogy and learning difficulties: context assessment, intervention and school culture

Psicopedagogía institucional y dificultades de aprendizaje: evaluación del contexto, intervención y cultura escolar

Grace Nayara de Souza Maziero

Pedagoga
Licenciatura em Pedagogia - Faculdade São Luís
Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Institucional – Faculdade São Luís

RESUMO

Este artigo discute a Psicopedagogia Institucional como uma abordagem voltada à compreensão e à transformação dos processos de aprendizagem no contexto escolar. Por meio de revisão narrativa, analisa a passagem da queixa individual para a leitura institucional, o uso de dados, a formação reflexiva de professores, a colaboração com famílias e redes de apoio, os sistemas multiníveis e a avaliação de resultados. Defende-se que as dificuldades de aprendizagem devem ser examinadas na interação entre estudante, ensino e organização, evitando explicações reducionistas e favorecendo intervenções preventivas e colaborativas.

Palavras-chave: psicopedagogia institucional; aprendizagem; intervenção; escola; formação docente.

ABSTRACT

This article discusses Institutional Psychopedagogy as an approach to understanding and transforming learning processes in school contexts. Through a narrative review, it examines the shift from individual complaints to institutional analysis, data use, reflective teacher development, collaboration with families and support networks, multitiered systems, and outcome evaluation. Learning difficulties should be examined through the interaction among learner, instruction, and organization, avoiding reductionist explanations and supporting preventive and collaborative interventions.

Keywords: institutional psychopedagogy; learning; intervention; school; teacher development.

INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia Institucional propõe compreender a aprendizagem não apenas como um atributo individual, mas também como um fenômeno produzido nas relações entre sujeitos, práticas pedagógicas, normas, rotinas, expectativas e condições organizacionais. Essa perspectiva amplia a análise das dificuldades escolares ao questionar de que modo a própria instituição favorece ou restringe as oportunidades de aprender.

No cotidiano escolar, queixas de baixo rendimento podem resultar de múltiplos fatores: lacunas de escolarização, inadequação metodológica, barreiras de comunicação, clima escolar, ausência de acompanhamento, transições, vulnerabilidades sociais ou necessidades específicas. A leitura institucional não elimina a importância das características individuais, mas evita que elas sejam usadas como explicação única para fenômenos complexos.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 02/12/2025 | aceito: 06/12/2025 | publicação: 09/12/2025

Este artigo discute a Psicopedagogia Institucional como uma abordagem preventiva, diagnóstica e formativa voltada à organização dos processos de aprendizagem. O foco recai sobre a análise de demandas, a construção de hipóteses institucionais, a intervenção colaborativa, a formação reflexiva de educadores e o uso de dados para acompanhamento.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura publicada até 2025 sobre Psicopedagogia Institucional, dificuldades de aprendizagem, intervenção escolar, formação reflexiva e sistemas de apoio à aprendizagem. Foram priorizados artigos de periódicos acadêmicos, estudos com descrição metodológica e documentos educacionais oficiais.

A busca conceitual considerou trabalhos brasileiros que abordam explicitamente a atuação psicopedagógica em instituições, bem como a literatura internacional sobre estruturas escolares de apoio, especialmente modelos multiníveis e intervenções organizacionais. A aproximação entre esses campos é analítica e não pressupõe equivalência profissional ou normativa.

O material foi organizado em seis eixos: natureza institucional da queixa; diagnóstico do contexto; planejamento de intervenção; trabalho com professores; articulação com famílias e gestão; e avaliação de resultados. Foram excluídas afirmações clínicas que extrapolassem o campo educacional e evitou-se apresentar instrumentos como protocolos universais.

A revisão tem caráter teórico e não relata pesquisa de campo original. Consequentemente, as proposições apresentadas devem ser compreendidas como síntese crítica para orientar a reflexão e o planejamento institucional, e não como evidência da eficácia de um modelo único.

3 DA QUEIXA INDIVIDUAL À LEITURA INSTITUCIONAL

Uma queixa escolar costuma chegar formulada em torno do estudante: 'não acompanha', 'não lê', 'não se concentra' ou 'não participa'. A abordagem institucional amplia a investigação para verificar em quais situações a dificuldade se manifesta, quais estratégias já foram tentadas, como o currículo está organizado e quais expectativas orientam a avaliação.

Essa mudança de foco reduz o risco de patologização de dificuldades pedagógicas. Nem todo baixo desempenho indica transtorno, assim como a presença de um diagnóstico não explica automaticamente todas as dificuldades observadas. O trabalho institucional exige uma descrição funcional e contextualizada.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 02/12/2025 | aceito: 06/12/2025 | publicação: 09/12/2025

Autores da Psicopedagogia Institucional destacam a importância de observar as relações, a comunicação, a organização e as concepções de ensino. A instituição possui modos próprios de lidar com erro, diferença e desempenho, e esses modos podem favorecer a aprendizagem ou reforçar obstáculos.

O diagnóstico institucional, portanto, não é uma busca por culpados. Seu objetivo é construir uma representação compartilhada do problema, baseada em diferentes fontes: observação, registros escolares, produção dos estudantes, entrevistas, indicadores e análise das práticas.

Uma hipótese útil é aquela que pode orientar a ação. Se a dificuldade for associada à falta de oportunidades de prática, por exemplo, a intervenção deve modificar a frequência, o feedback e o acompanhamento. Se a barreira está na comunicação entre setores, a resposta precisa incluir fluxos e responsabilidades.

4 DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E DADOS

O diagnóstico institucional requer triangulação. Notas isoladas são insuficientes; frequência, participação, progressão de habilidades, padrões de erro e condições de realização das tarefas fornecem uma imagem mais rica. Dados quantitativos e qualitativos devem ser interpretados conjuntamente.

Observações de sala permitem identificar como as instruções são apresentadas, quanto tempo os estudantes têm para responder, que tipos de ajuda recebem e como o erro é tratado. Esses elementos revelam barreiras que dificilmente se manifestam em documentos administrativos.

A escuta dos professores é igualmente importante. O profissional que ensina diariamente conhece padrões de resposta e limitações práticas do contexto. A escuta, porém, precisa ser organizada para transformar impressões em perguntas investigáveis e evitar generalizações.

Indicadores nacionais ajudam a dimensionar as mudanças que chegam às escolas. O Censo Escolar registrou um aumento do percentual de estudantes de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classes comuns, de 93,2% em 2020 para 95,7% em 2024; no mesmo período, o acesso ao AEE entre os incluídos em classes comuns passou de 37,2% para 42,6%. Esses números não medem qualidade, mas evidenciam maior necessidade de coordenação institucional.

A análise de dados deve culminar em prioridades. Uma instituição pode ter dezenas de problemas identificados, mas intervenções eficazes exigem selecionar poucos objetivos, definir responsáveis, estabelecer indicadores e revisar os resultados em ciclos regulares.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 02/12/2025 | aceito: 06/12/2025 | publicação: 09/12/2025

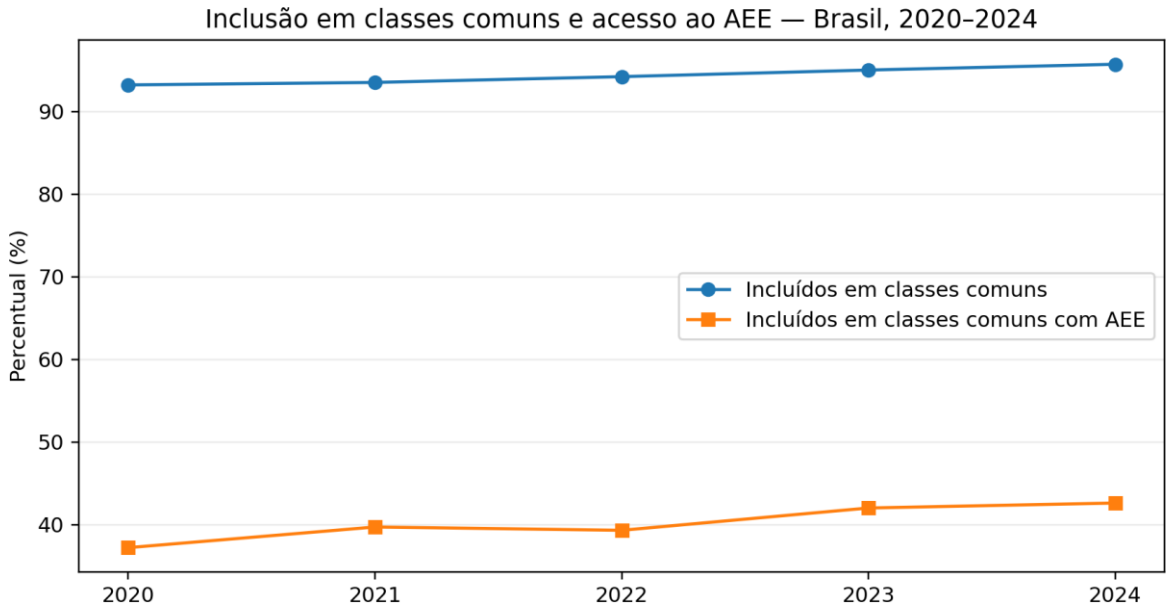

Gráfico 1 — Inclusão em classes comuns e acesso ao AEE entre estudantes de 4 a 17 anos da educação especial no Brasil, 2020–2024. Fonte: Inep, Censo Escolar 2024.

5 INTERVENÇÃO: PREVENÇÃO, FORMAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE PRÁTICAS

A intervenção institucional pode ocorrer antes que as dificuldades se consolidem. Revisar rotinas de alfabetização, critérios de avaliação, estratégias de recuperação e mecanismos de transição entre os anos escolares são exemplos de ações preventivas.

A formação de professores ganha potência quando parte de problemas concretos. Estudos sobre intervenção psicopedagógica institucional descrevem processos reflexivos em que educadores analisam suas próprias concepções e práticas, em vez de apenas receberem prescrições externas.

Reuniões pedagógicas podem funcionar como espaços de investigação quando utilizam evidências de aprendizagem. Comparar produções, discutir erros recorrentes e planejar respostas coletivas transformam a reunião de rotina em um instrumento de desenvolvimento profissional.

A intervenção também pode reorganizar materiais e tempos. Grupos temporários de apoio, sequências didáticas mais explícitas, tutoria entre pares e recursos acessíveis são possibilidades, desde que tenham um objetivo definido e não se convertam em segregação permanente.

O psicopedagógico institucional, nessa leitura, opera na interface entre a aprendizagem e a organização. Seu valor está em ajudar a instituição a formular problemas educacionais com mais precisão e a construir respostas coletivas que possam ser avaliadas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 02/12/2025 | aceito: 06/12/2025 | publicação: 09/12/2025

6 COLABORAÇÃO COM FAMÍLIAS E REDE DE APOIO

A família é fonte de informação e parceira no acompanhamento, mas não deve assumir a responsabilidade exclusiva de resolver as dificuldades escolares. A comunicação precisa ser bidirecional, respeitosa e centrada em objetivos educacionais observáveis.

Quando há profissionais externos, a escola pode se beneficiar de informações relevantes, preservando os limites de competência e de privacidade. Relatórios clínicos não substituem a avaliação pedagógica; podem informar sobre necessidades, mas a tradução para o currículo continua sendo uma tarefa educacional.

Reuniões interdisciplinares são mais produtivas quando cada participante explicita seu campo de atuação. Isso reduz recomendações genéricas e evita que decisões pedagógicas sejam terceirizadas.

A rede de apoio também inclui gestão, coordenação, serviços públicos e recursos comunitários. A Psicopedagogia Institucional pode contribuir para mapear fluxos e identificar onde estudantes e famílias encontram descontinuidade.

Colaboração efetiva exige registro. Objetivos, estratégias combinadas e critérios de revisão devem ser documentados de forma simples, permitindo continuidade mesmo quando profissionais ou turmas mudam.

7 SISTEMAS MULTINÍVEIS E RESPOSTA À INTERVENÇÃO

Sistemas multiníveis de apoio oferecem uma arquitetura compatível com a lógica institucional: ensino de qualidade para todos, suporte adicional para grupos e intervenção intensiva para necessidades persistentes. O princípio central é ajustar a intensidade com base na resposta observada.

Essa organização reduz a dicotomia entre 'aluno sem problema' e 'aluno encaminhado'. Em vez disso, reconhece que as necessidades podem variar ao longo do tempo e que diferentes níveis de suporte podem ser necessários.

Pesquisas sobre MTSS mostram que a implementação depende de liderança, formação, fidelidade, dados e da capacidade de selecionar intervenções. Assim, adotar a nomenclatura sem infraestrutura não produz mudança por si só.

Para a Psicopedagogia Institucional, a contribuição dos modelos multiníveis está menos na importação de um sistema estrangeiro e mais na lógica de prevenção, monitoramento e intensificação gradual.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 02/12/2025 | aceito: 06/12/2025 | publicação: 09/12/2025

Essa lógica também favorece a equidade: estudantes recebem apoio proporcional às necessidades observadas, enquanto a instituição mantém a responsabilidade de melhorar a qualidade do ensino universal.

8 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E ÉTICA INSTITUCIONAL

A intervenção precisa definir o que será considerado progresso. Indicadores podem incluir fluência, compreensão, resolução de problemas, frequência, participação, entrega de atividades ou autonomia, conforme a natureza da demanda.

Resultados devem ser examinados em intervalos compatíveis com o objetivo. Avaliar cedo demais pode levar a conclusões instáveis; esperar demais pode prolongar intervenções ineficazes. A periodicidade deve ser justificada pedagogicamente.

A ética institucional exige cuidado com os rótulos e com a confidencialidade. Registros devem descrever necessidades e apoios sem expor estudantes desnecessariamente. A linguagem utilizada pela escola influencia as expectativas e as relações.

A avaliação também deve abranger a própria intervenção: ela foi implementada conforme planejado? Professores receberam suporte? Houve recursos e tempo? Sem essas perguntas, um resultado fraco pode ser atribuído indevidamente ao estudante.

A cultura de avaliação formativa permite que a instituição aprenda com suas ações. O objetivo não é demonstrar que uma estratégia estava correta, mas sim descobrir o que precisa ser mantido, ajustado ou substituído.

CONCLUSÃO

A Psicopedagogia Institucional amplia a compreensão da aprendizagem ao incluir a organização escolar como objeto de análise e de intervenção.

Essa abordagem é particularmente útil quando as dificuldades são recorrentes, distribuídas entre turmas ou associadas a processos institucionais, pois impede que toda a explicação recaia sobre características individuais.

O diagnóstico institucional deve combinar observação, registros, escuta e dados de aprendizagem. Sua finalidade é produzir hipóteses acionáveis, e não apenas descrever problemas.

Intervenções preventivas, formação reflexiva e reorganização de práticas podem fortalecer a capacidade da escola de responder à diversidade antes que as dificuldades se tornem crônicas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 02/12/2025 | aceito: 06/12/2025 | publicação: 09/12/2025

A colaboração com famílias e redes de apoio deve preservar as responsabilidades e os limites profissionais. Informação externa pode enriquecer o planejamento, mas não substitui a análise pedagógica.

Modelos multiníveis oferecem princípios úteis de prevenção, monitoramento e intensificação gradual, desde que adaptados ao contexto e sustentados por liderança e infraestrutura.

A avaliação dos resultados precisa incluir tanto o progresso dos estudantes quanto a qualidade da implementação institucional. Sem essa dupla análise, decisões podem ser precipitadas ou injustas.

Em síntese, a Psicopedagogia Institucional pode ser compreendida como uma prática de investigação e de transformação dos contextos de aprendizagem. Ao deslocar o olhar do déficit isolado para as relações entre estudante, ensino e organização, favorece respostas mais preventivas, colaborativas e educacionalmente responsáveis.

REFERÊNCIAS

CASTRO, A. M. A.; CHAGAS, C. S. T. A atuação do psicopedagogo institucional e a sua intervenção nas dificuldades de aprendizagem. Revista Faculdade FAMEN, v. 1, n. 1, p. 81–90, 2022. DOI: 10.36470/famen.2020.r1a9.

CAZELLA, S.; MOLINA, R. A intervenção psicopedagógica institucional na formação reflexiva de educadores sociais. Revista Psicopedagogia, v. 27, n. 82, p. 78–91, 2010.

NANDI, S. V.; CAMARGO, G. Psicopedagogia institucional e a intervenção frente às dificuldades de aprendizagem dos/as alunos/as das séries iniciais. Saberes Pedagógicos, v. 2, 2018. DOI: 10.18616/rsp.v2i0.3400.

RICHARTZ, T.; GONÇALVES, J. E. Psicopedagogia institucional: intervenção no ensino superior. Revista Psicopedagogia, v. 33, n. 102, p. 385–395, 2016.

SANCHES, M. J. P.; MARQUEZAN, F. F. Intervenção psicopedagógica institucional no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE). Revista Psicopedagogia, 2023. DOI: 10.51207/2179-4057.20230028.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2024. Brasília, DF: Inep, 2025.

UNESCO. Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and Education — All Means All. Paris: UNESCO, 2020. DOI: 10.54676/JJNK6989.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.